



Nelson Marconi

Professor adjunto da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) e coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento



Por que os pejetizados vêm crescendo tanto? Uma comparação entre os por conta própria e os empregados com carteira

Uma das características marcantes do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, além da precarização, é a chamada pejetização. A permanecer esse processo, o emprego como conhecemos, com vínculo formal apoiado na relação contratual entre empregador e empregado, será residual a longo prazo. Em parte, essa tendência reflete uma crença naquilo que intitulo prosperidade individualista, muito difundida nas mídias sociais; mas há também motivações de ordem econômica e jurídica que explicam esse cenário e serão discutidas neste texto.

O ponto de partida para compreender esse movimento é a comparação entre as remunerações praticadas nos diversos setores, desagregando-as segundo as chamadas condições na ocupação, que podem representar vínculos formais, informais ou prestação de serviços. Para realizar essa análise, foi calculado o salário médio, ajustado pelas horas trabalhadas na semana, para cada setor/condição

na ocupação em 2024, e posteriormente dividido pelo salário médio agregado da economia, gerando assim o que chamo de remuneração relativa (que é um índice cujo valor para a média da economia é igual a 1). Os dados se restringem ao setor privado, pois é nele que se concentra a dinâmica de pejetização.

O primeiro aspecto a ressaltar, a partir dos dados incluídos na tabela 1, é o comportamento distinto dos salários nos diversos setores. Conforme discutido em oportunidades anteriores, alguns deles que demandam habilidades mais sofisticadas, como serviços modernos, a indústria de média e alta tecnologia, as atividades extrativas e a infraestrutura, praticam remunerações superiores à média. Mas chama também a atenção o comportamento da remuneração por condição na ocupação. A média praticada para os por conta própria com CNPJ é superior à dos empregados com carteira assinada. Essa diferença remuneratória

em favor dos pejetizados explica muito da tendência atual do mercado de trabalho.

Já a remuneração dos por conta própria sem CNPJ e dos empregados sem carteira assinada é semelhante

entre si e inferior à dos pejetizados e com carteira. Quando analisamos de modo mais desagregado este grupo, em aproximadamente metade dos setores os por conta própria não pejetizados recebem remunerações infe-

riores às dos empregados sem carteira assinada. Assim, o vínculo formal permanece sendo uma alternativa interessante, em diversas atividades, para o trabalhador que atua com vínculos mais precários.

Remuneração relativa por grupamento de atividade e condição na ocupação, no setor privado, em 2024

(remuneração média na economia em 2024 = 1)

Grupamento de atividades	Conta própria		Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Remuneração média relativa na atividade (inclui demais condições na ocupação)
	Sem CNPJ	Com CNPJ			
Agric. pecuária	0,53	0,97	0,66	0,42	0,63
Ext. mineral	0,45	2,14	1,30	0,90	1,27
Petróleo extração refino	1,17	0,85	1,64	1,89	1,70
Manuf. baixa média técn.	0,55	1,00	0,79	0,64	0,79
Manuf. alta média alta técn.	1,39	2,51	1,22	1,61	1,31
Eletricidade gás	0,91	1,39	1,40	1,73	1,43
Água gestão resíduos	0,42	1,07	0,88	0,52	0,86
Construção	0,63	1,16	0,80	0,57	0,75
Comércio	0,64	1,14	0,67	0,56	0,80
Transp. armazen. correio	0,73	1,22	0,88	0,84	0,89
Alimentação	0,56	0,84	0,57	0,49	0,67
Mídias	1,32	2,29	1,27	1,55	1,50
Telecomunicações	0,83	1,90	0,91	0,78	0,95
Téc. serv. informação	1,26	2,11	1,99	2,07	1,98
Finanças	1,52	2,07	1,90	1,71	1,96
Ativ. imobiliárias	1,90	2,81	0,98	1,58	1,93
Ativ. prof. cient. técnicas	1,57	2,20	1,20	1,39	1,69
Ativ. administrativas	0,97	1,67	0,69	0,78	0,82
Alojamento serv. turismo	0,90	1,78	0,66	0,74	0,84
Vigil. segurança	0,99	0,87	0,68	0,68	0,71
Limpeza manut. edif	0,56	1,09	0,57	0,58	0,60
Adm. púb. defesa seg. soc.			1,03	1,01	1,01
Educação	1,31	1,95	1,12	0,87	1,16
Saúde assist. social	1,99	2,97	0,94	1,93	1,56
Cultura esporte lazer	1,35	2,57	0,98	0,87	1,40
Organ. associativas	1,25	1,41	1,00	0,85	0,98
Serv. pessoais manut.	0,69	1,00	0,61	0,55	0,76
Serv. domésticos					0,51
Organ. internac.			2,11	3,86	2,95
Ativ. mal defin.	0,47	1,61	1,81	1,22	0,99
Média geral	0,74	1,45	0,87	0,74	

Fonte: PNAD Contínua, IBGE, com cálculos do autor.

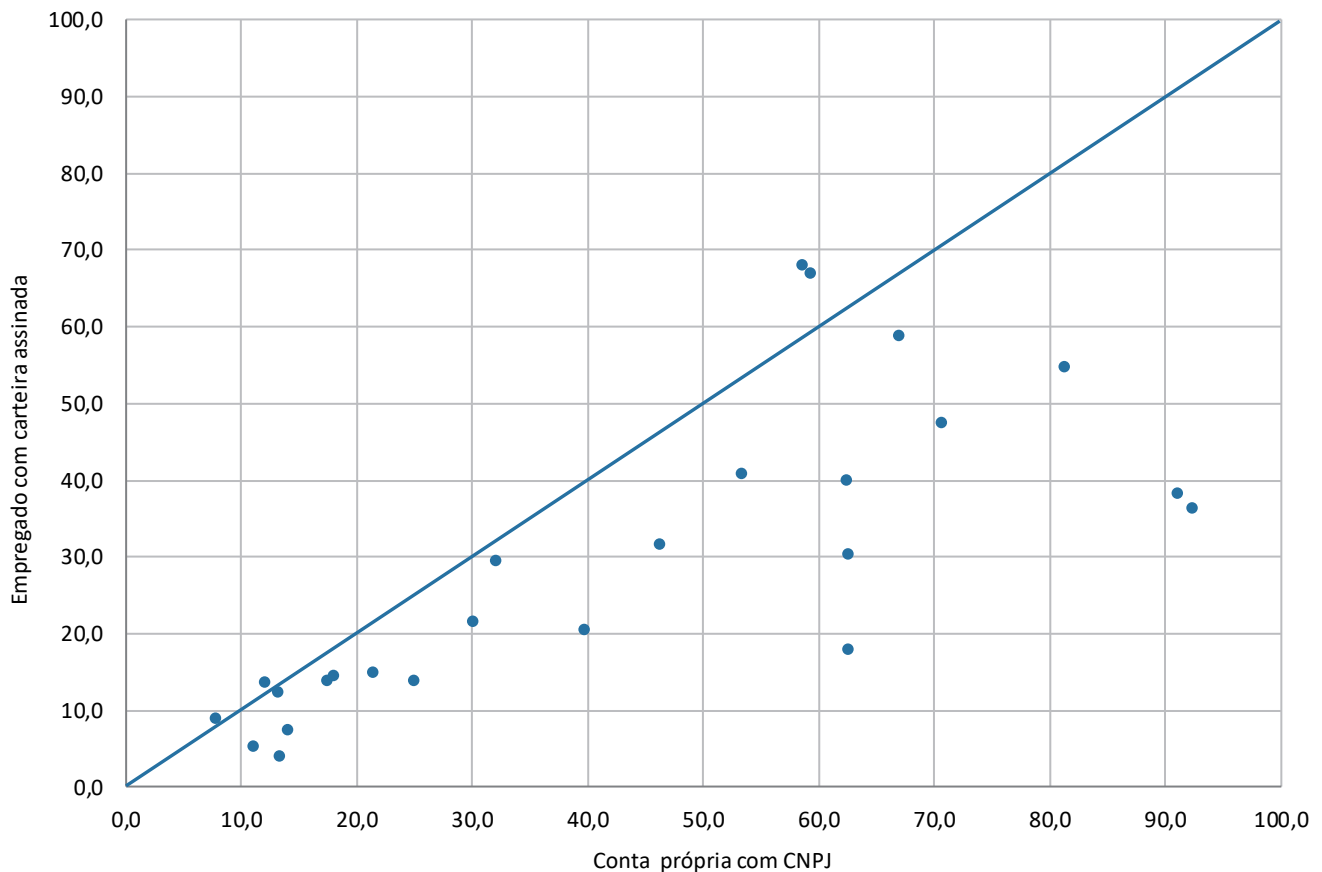
Voltando à discussão sobre pejo-
tizados e empregados com carteira,
quais fatores podem explicar esse
cenário? Um deles reside possivel-
mente em uma eventual diferença
entre as características das habili-
dades dos trabalhadores destes dois
grupos no mesmo setor. De fato, é
nítido que, na maioria dos setores,
a parcela dos que possuem esco-
laridade de nível superior é maior
entre os pejetizados que entre os
empregados com carteira, confor-
me pode se observar no gráfico 1
(cada ponto no gráfico corresponde

a um setor, no qual se compara a
participação de trabalhadores com
escolaridade de nível superior ou
maior, entre pejetizados e empre-
gados com carteira). Logo, há uma
correlação relevante entre nível de
escolaridade, pejetização e o salário
relativo observado.

Com o intuito de confirmar a
relevância do nível de escolaridade
para explicar as diferenças salariais
entre as distintas condições na ocu-
pação, estimei o rendimento médio
apenas para trabalhadores que pos-
suem escolaridade de nível superior.

Se esse fator for determinante, mais
que a própria condição na ocupa-
ção, espera-se que a diferença entre
os salários relativos nos diversos se-
tores para pejetizados e empregados
com carteira seja mínima. Porém,
o gráfico 2 mostra um resultado
distinto. Em diversos setores, a re-
muneração de pejetizados é consi-
deravelmente superior à dos traba-
lhadores com carteira (cada ponto
no gráfico corresponde a um setor,
no qual se compara a remuneração
relativa entre pejetizados e empre-
gados com carteira).

Gráfico 1: Participação relativa (em %) de pessoas com escolaridade de nível superior (ou maior) entre os empregados com carteira e os por conta própria com CNPJ, por grupamento de atividade, no setor privado em 2024



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, com cálculos do autor.

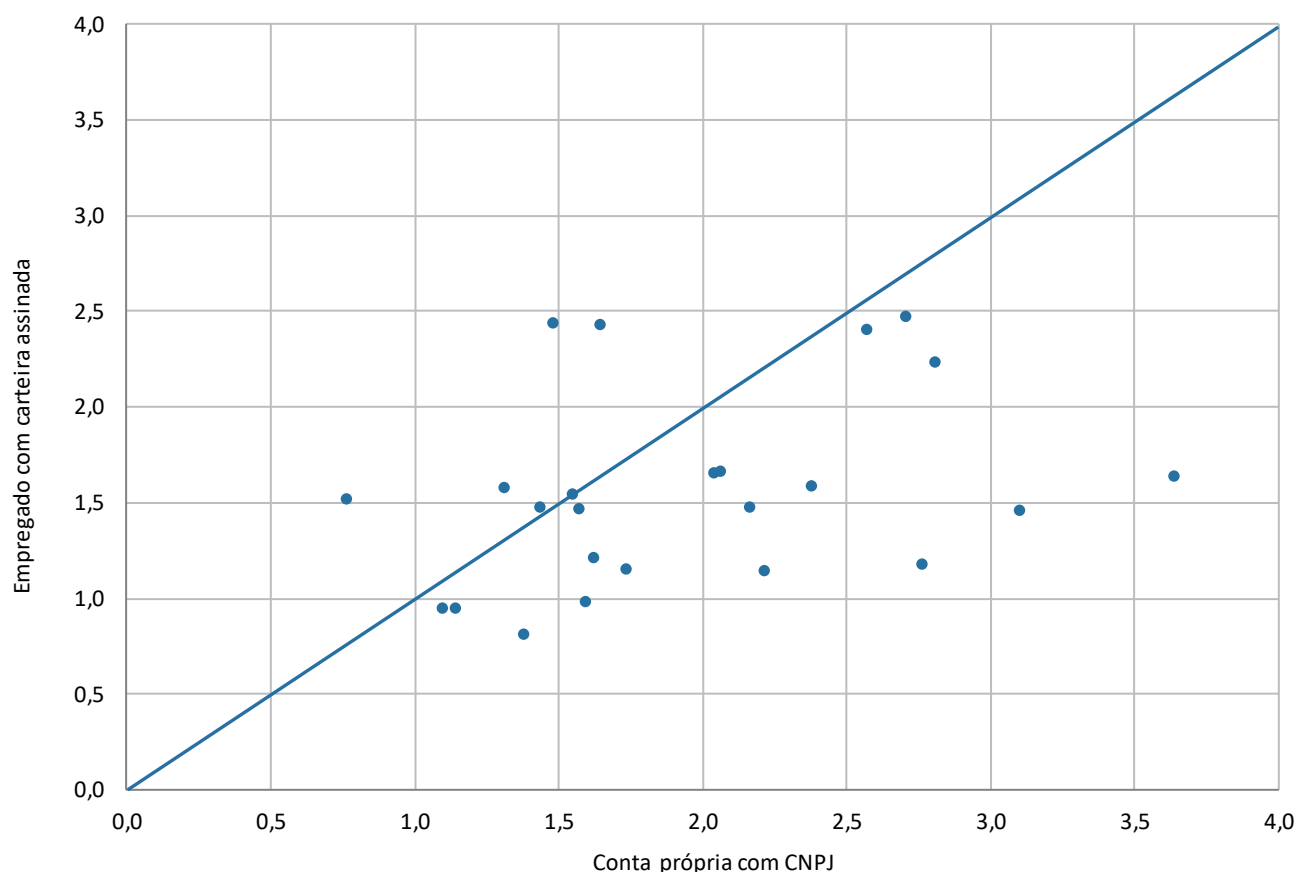
Resumindo os achados, os pejetizados possuem, em média, um nível salarial e de escolaridade superior aos dos empregados com carteira, que por sua vez é superior aos dos por conta própria não pejetizados. Para reforçar o argumento, os dados mostram que, em 2024, 43% dos trabalhadores ocupados no país atuavam como empregados com carteira assinada e 7% como pejetizados. Porém, o percentual de pessoas com escolaridade de nível superior entre os pejetizados é maior – 34%, enquanto entre os empregados com carteira assinada

este percentual atinge 23%. Portanto, o nível de escolaridade é importante para explicar as diferenças salariais entre os dois grupos, mas também observamos que, mesmo entre os mais escolarizados, há diferenças remuneratórias entre eles.

Duas perguntas se seguem, então. Primeiramente, o que explica a maior participação de pessoas com escolaridade de nível superior entre os pejetizados? Podemos sugerir algumas hipóteses. A primeira está mais associada à oferta de força de trabalho, ou seja, à preferência pela autonomia e

liberdade de jornada de trabalho, que não resulta em precarização em virtude do nível de escolaridade deste grupo. A segunda causa, que afeta tanto a oferta como a demanda, seria a reforma trabalhista, que possibilitou a terceirização de atividades que demandam qualificações mais elevadas. Esse movimento foi relevante após 2016 – ano prévio à reforma –, conforme se observa no gráfico 3. Nele se demonstra, para cada setor e condição na ocupação, a diferença entre a participação de trabalhadores com escolaridade de nível superior em 2016

Gráfico 2: Remuneração relativa de pessoas com escolaridade de nível superior (ou maior) entre os empregados com carteira e os por conta própria com CNPJ, por grupamento de atividade, no setor privado em 2024 (remuneração média na economia em 2024 = 1)



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, com cálculos do autor.

e 2024. Houve crescimento em quase todas as situações analisadas, mas em alguns grupos de serviços e na manufatura de média e alta tecnologia, bem como nos setores de infraestrutura, essa variação foi expressiva entre os por conta própria.

Resta uma questão: por que trabalhadores qualificados recebem remunerações superiores como pejetizados que seus pares como celetistas no

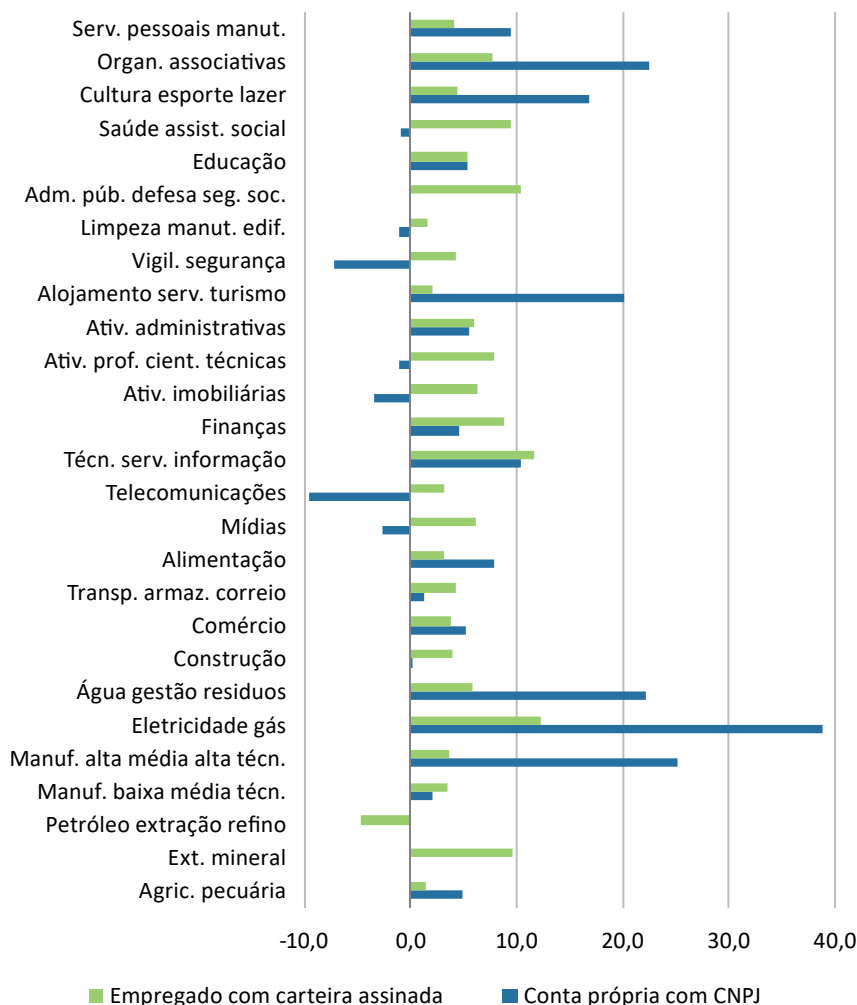
mesmo setor? A hipótese, neste caso, está associada à demanda por força de trabalho e à estrutura de custos trabalhistas. É provável que as empresas optem por contratar trabalhadores que gerarão encargos trabalhistas menores e repassem uma parte desse “bônus” para as remunerações praticadas. É um fator de ordem econômica, facilitado pelo entendimento abrangente de parcela do Judiciário sobre

o conceito de terceirização. Há um claro *trade-off*, nesta prática, entre remuneração e acesso a direitos sociais, pelo lado do trabalhador, e redução de custos *versus* rotatividade, menor dedicação e conhecimento da organização, sob a ótica das empresas.

Se não desejarmos que a sociedade brasileira enfrente o aprofundamento desses *trade-offs* (ainda mais com o desenvolvimento da inteligência artificial, que reforçará a flexibilização dos regimes de trabalho), o atual fosso que existe entre a tributação sobre pejetizados (via MEIs e Simples) e o trabalho formal tem que ser reduzido. O próprio governo vem sofrendo fortes perdas em termos arrecadatórios (*vide* trabalho que escrevi com Marco Brancher, citado a seguir). Uma negociação que possibilite definir um patamar intermediário de tributação, de forma a aproximar esses dois segmentos do mercado de trabalho, bem como uma clara definição jurídica de atividades passíveis de terceirização (que hoje vem sendo praticada para atividades de prestação de serviço contínuo que implicam relação de subordinação a chefias), seriam fundamentais para evitar o esfacelamento de uma estrutura de relações do trabalho mais solidária, construída a tanto custo ao longo de nossa história recente. ■

¹Marconi, N.; Brancher, M. C. Nota técnica sobre os impactos da pejetização sobre a arrecadação tributária. 2024. Disponível em: <https://go.fgv.br/S8F4FHRGU8p>.

Gráfico 3: Diferença, em pontos percentuais, da participação de pessoas com escolaridade de nível superior (ou maior) por grupamento de atividade e condição na ocupação, entre 2016 e 2024, no setor privado



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, com cálculos do autor.

Nelson Marconi escreve
a cada bimestre.